

A hand is shown at the top of the page, holding a stack of 100 Euro banknotes. The background is a solid red color. The text is in large, bold, white capital letters.

PORTUGAL ABRANDA NO COMBATE À CORRUPÇÃO. MAS O QUE PODE SER FEITO?

Portugal desceu no Índice de Perceção da Corrupção 2024. Aumentar o rigor do controlo de património e rendimentos dos políticos é uma das recomendações, mas como se pode mudar o estado das coisas?

TEXTO **FREDERICO PEDREIRA**

FOTOGRAFIAS **HUGO AMARAL E D.R.**





Portugal desceu quatro pontos na pontuação do Índice de Perceção da Corrupção 2024 da organização Transparência Internacional. Um dos piores desempenhos entre os países da Europa Ocidental e o pior do país desde que o índice começou a ser publicado, em 2012. Numa escala de 0 a 100, em que 100 é percebida como muito transparente e 0 com muito corrupto, Portugal ficou posicionado com 57 pontos, abaixo da média da União Europeia, que se situa nos 64. Já em termos globais, o país está na 43.ª classificação, descendo nove posições.

Segundo o estudo, a descida deveu-se à deterioração das avaliações de várias fontes utilizadas no cálculo do índice, sendo que o declínio foi particularmente impulsionado pela perceção de abuso de cargos públicos para benefícios privados e por fragilidades nos mecanismos de integridade pública para evitar esse abuso. À *Advocatus*,

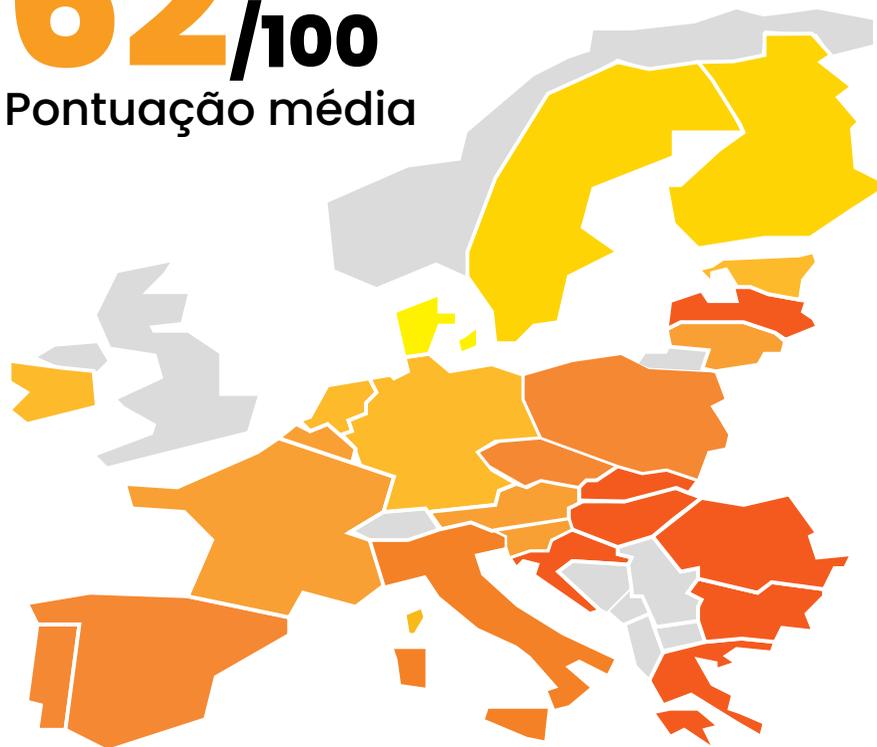
os advogados apontam que a metodologia usada é apenas baseada em perceções de corrupção no setor público e não na medição objetiva da corrupção.

“Não se foca apenas na prevalência dos crimes praticados, mas também na efetiva investigação e julgamento destes, o que nos ajuda a compreender que a falta de celeridade, a proliferação de megaprocessos e os atrasos e adiamentos nos tribunais, motivados pela falta de investimento e recursos humanos, são, por si só, fatores preponderantes para esta perceção. Ao mesmo acresce a notoriedade de certos megaprocessos, com repercussões na vida política nacional – notoriamente, a Operação Influencer, Processo Tutti-Frutti, Processo Vórtex, Processo Babel -, que têm criado a perceção da infiltração da corrupção na esfera pública, ao mais alto nível”, refere a associada da MFA Legal Juliana Vasconcelos Senra.

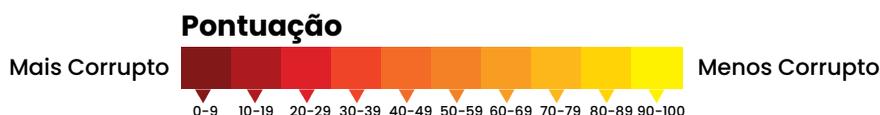
Índice de perceção de corrupção 2024

União Europeia

62/100
Pontuação média



Pontuação	País
90	Dinamarca
88	Finlândia
81	Luxemburgo
80	Suécia
78	Países Baixos
77	Irlanda
76	Estónia
75	Alemanha
69	Bélgica
67	Áustria
67	França
63	Lituânia
60	Eslovénia
59	Letónia
57	Portugal
56	Chipre
56	Rep. Checa
56	Espanha
54	Itália
53	Polónia
49	Grécia
49	Eslováquia
47	Croácia
46	Malta
46	Roménia
43	Bulgária
41	Hungria



INFOGRAFIA: LÍDIA LEÃO

A advogada alerta que não deixa de ser paradoxal que o aumento da repressão da corrupção através da investigação e julgamento de processos ligados a esse fenómeno tenham o “efeito perverso de gerar um aumento do índice de perceção pública da corrupção no nosso País”.

“Embora não seja positiva a descida destes nove lugares, o sentido de urgência que transmite, e que já vem sendo reconhecido pelo governo, será importante para legitimar a implementação de mudanças que se esperam efetivas, sensatas e duradouras”, acrescenta.

O Índice aponta ainda alguns fatores como a avaliação negativa da eficácia do combate à corrupção e do funcionamento das instituições públicas, as fragilidades na implementação de política anticorrupção e na supervisão do setor público, incluindo lacunas na prevenção de conflitos de interesse e na declaração de bens por políticos, e a avaliação negativa devido a nepotismo, favoritismo político e financiamento partidário pouco transparente.

Mas o que pode ser feito para reverter esta situação que coloca em causa os mecanismos contra a corrupção? Segundo a advogada Juliana Vasconcelos Senra, é essencial que as magistraturas tenham “mais recursos humanos” para prosseguir a investigação e o julgamento destes processos, “o que requer a valorização destas carreiras e a alocação de mais fundos para o sistema de justiça”.

“Um sistema de justiça eficaz, célere e imparcial é um garante do funcionamento das medidas anticorrupção nacionais, mas o mesmo não pode ser atingido à custa da diminuição dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos arguidos. Certamente não se medirá o sucesso de uma política anticorrupção pelo aumento do número de condenações efetivas, sem assegurar que o regime processual, as garantias de recurso e os direitos de todos os intervenientes processuais são protegidos”, acrescenta.

A associada da MFA Legal considera ainda que o enfoque principal deverá ser a “aposta em medidas preventivas”, com o reforço do papel do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) através, por exemplo, do reforço de recursos materiais e humanos. “Tal como anunciado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção, devem encetar-se esforços para detetar os riscos de corrupção no setor público e assim legislar de forma informada sobre estes”, disse, sublinhando que o país deve ainda aproveitar as avaliações e recomendações feitas por organismos internacionais dedicados a este fenómeno, como o GRECO, OCDE e Comissão Europeia.

O próprio Índice apresenta algumas recomendações de forma a melhorar a reputação internacional de Portugal no combate à corrupção:

- Fortalecer a implementação da estratégia nacional anticorrupção, “garantindo não apenas a identificação e correção das falhas que persistem até hoje, mas também a definição de metas objetivas e métricas



claras que permitam avaliar progressos anuais até 2030, alinhadas com recomendações internacionais”;

- Reforçar as entidades responsáveis pelo combate à corrupção, como a Entidade para a Transparência e o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), com recursos financeiros e autonomia orçamental adequados, “permitindo-lhes atuar de forma eficaz e independente no cumprimento da sua missão”;

- Aprovar uma legislação específica para o *lobbying*, seguindo as melhores práticas internacionais;

- No setor judicial, reforçar a eficácia da aplicação da lei no combate à corrupção, devendo ser adotado um novo quadro legal e operacional que permita “acelerar investigações e julgamentos de crimes económico-financeiros, eliminando a complexidade dos megaprocessos, combatendo expedientes dilatórios e reduzindo o risco de prescrição por atrasos processuais”;

- Melhorar a transparência na administração pública através, por exemplo, do “desenvolvimento de ferramentas digitais acessíveis à sociedade civil” que permitirá um escrutínio independente e informado sobre o funcionamento das instituições públicas;

- Aumentar o rigor do controlo de património e rendimentos dos políticos, de forma a “evitar conflitos de interesse e garantir uma administração pública íntegra”.

PORTUGAL CAI NOVE POSIÇÕES A NÍVEL GLOBAL

A média global dos 180 países avaliados manteve-se baixa, nos 43 pontos, com mais de dois terços dos países a registarem pontuações abaixo de 50. A Dinamarca (90), a Finlândia (88) e a Singapura (84) ocupam o topo da lista como sendo vistos como os mais transparentes. Já o país com maior perceção de corrupção é o Sudão do Sul, com 8 pontos em 100. No *ranking* global, Portugal desceu nove posições, para 43.º lugar em 180 países.

5 países vistos como os **mais transparentes**

Pontuação	País
90	 Dinamarca
88	 Finlândia
84	 Singapura
83	 Nova Zelândia
81	 Luxemburgo

5 países percebidos como **mais corruptos**

Pontuação	País
8	 Sudão do Sul
9	 Somália
10	 Venezuela
12	 Síria
13	 Iémen

FONTE: TRANSPARENCY INTERNATIONAL
INFOGRAFIA: LÍDIA LEÃO



Segundo o estudo, o Índice de Percepção da Corrupção 2024 revelou uma “tendência preocupante de estagnação” e “retrocesso global” no combate à corrupção. “Países com democracias frágeis ou regimes autoritários continuam a apresentar as piores classificações, demonstrando a forte correlação entre corrupção, falta de transparência e ausência de instituições democráticas robustas. Alguns países do Golfo Pérsico, como Bahrein, Omã e Arábia Saudita, registaram melhorias significativas, nomeadamente em resultado de implementação de

reformas de governança e digitalização de processos públicos”, lê-se.

Com 64 pontos de pontuação média, a região da Europa Ocidental e União Europeia é a mais bem pontuada no *ranking*. Ainda assim, no ano passado esta região apresentou cerca de um terço dos seus 31 países com reduções de pontuação iguais ou superiores a três, “refletindo uma degradação generalizada das pontuações nos países europeus, pelo segundo ano consecutivo, e onde apenas Islândia, Eslovénia, Luxemburgo e Chipre se destacam pela positiva”. Malta e Eslováquia, com

menos cinco pontos, foram os países da região com maior degradação na sua pontuação. Portugal é um dos 5 países com quedas de quatro pontos.

“Registe-se o retrocesso em grandes economias europeias, como França (-4 pontos), Alemanha (-3 pontos), Espanha (-4 pontos) e Itália (-2 pontos), evidenciam falhas nos mecanismos de integridade e aplicação da lei. Salienta-se a existência de desafios na transparência de contratos públicos, onde continuam a surgir casos de favoritismo e corrupção em grandes projetos de infraestrutura. A queda de vários países europeus é também atribuída a desafios na implementação de medidas anticorrupção e na fiscalização de crimes financeiros e empresariais”, referem.

QUAL DEVE SER A PRIORIDADE DO GOVERNO NO COMBATE À CORRUPÇÃO?

O Governo apresentou, assim que tomou posse em abril de 2024, uma agenda anticorrupção que tem vindo a trabalhar. Mas qual deve ser a prioridade do Executivo?

A advogada Juliana Vasconcelos Senra defende que a transparência das instituições é “essencial” para o combate à corrupção no setor público, sendo assim necessária a transparência do processo legislativo, nomeadamente na legislação em matéria do combate à corrupção. “A prioridade neste momento deve ser a

de envolver a sociedade civil na definição destas políticas – numa altura em que se anunciam várias medidas legislativas vindouras e a revisão de normas processuais, deverão ser atendidos os contributos da comunidade jurídica, privilegiando mudanças informadas e garantísticas, e não movidas pelo imediatismo e pela urgência de alterar positivamente a perceção pública”, aponta.

A associada da MFA Legal sublinha ainda que a transparência em processos de contratação pública, quanto às declarações patrimoniais de titulares de cargos públicos e o registo de interações do setor público com entidades privadas, são alguns exemplos de como esse mote pode ser atingido. “O setor público tem de dar o exemplo: se proliferam os estudos que identificam uma permissibilidade de certas condutas de corrupção no setor público e privado, é certo que esta perspetiva *top down* verterá os seus benefícios também para o setor privado, ao sinalizar uma mudança de paradigma”, acrescenta.

Uma coisa é certa, segundo revela o Índice de Perceção da Corrupção 2024, apesar do reforço do quadro normativo e institucional nos últimos anos, como a criação do MENAC e a adoção da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção, Portugal continua a enfrentar desafios estruturais significativos. Entre os desafios apontados estão:

- Falta de clareza e compromisso político: a estratégia anticorrupção carece de metas concretas, convicção e empenho político, resultando numa implementação tardia e ineficaz;
- Baixa eficácia na aplicação das leis anticorrupção: os processos judiciais são excessivamente demorados, frustrando as expectativas dos cidadãos e revelando fragilidades na condução justa e célere da justiça;
- Recursos insuficientes nas entidades de fiscalização: a falta de meios humanos e financeiros compromete a capacidade de monitorização, punição de infrações e atuação eficaz, gerando desconfiança na sociedade quanto à real utilidade dessas instituições;
- Ausência de regulamentação do lobbying: Portugal continua sem um quadro legal específico para a representação de interesses, ao contrário de vários países europeus. Essa lacuna prejudica a transparência, a qualidade do processo legislativo e a confiança na tomada de decisões públicas;
- Deficiências na declaração de património e rendimentos de políticos: a Entidade para a Transparência, criada em 2019, apenas começou a operar efetivamente em 2024, tendo ainda um longo percurso para ganhar a confiança da sociedade civil e de organismos internacionais.

“Portugal tem agora o desafio de demonstrar progressos concretos na implementação de reformas, para evitar que a sua posição continue a deteriorar-se nos próximos anos e para recuperar a confiança internacional na integridade do seu setor público”, revelam. ■

“Embora não seja positiva a descida destes nove lugares, o sentido de urgência que transmite, e que já vem sendo reconhecido pelo governo, será importante para legitimar a implementação de mudanças que se esperam efetivas, sensatas e duradouras”

Juliana Vasconcelos Senra
Associada da MFA Legal

